



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682541 - SP (2021/0233590-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RAISSA ZAGO LEITE DA SILVA
ADVOGADO : RAISSA ZAGO LEITE DA SILVA - SP349073
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAYARA REGINA LEMOS BARBOSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAYARA REGINA LEMOS BARBOSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1520547-21.2019.8.26.0228).

A paciente foi condenada como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, às penas de 6 anos e 3 meses de reclusão, em regime fechado, e 625 dias-multa.

A impetrante sustenta a ausência de provas a embasarem a prolação do édito repressivo, uma vez que teriam sido produzidas exclusivamente com base em elemento indiciário colhido no inquérito policial.

Noutro vértice, defende a aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, destacando que a natureza da droga apreendida não seria razão suficiente para o não reconhecimento do tráfico privilegiado.

Pondera, por fim, que não haveria fundamentação idônea para a fixação do regime prisional mais gravoso, notadamente em razão das condições favoráveis da paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a ausência de fundamento idôneo para a condenação da paciente, bem como o redimensionamento da pena aplicada e a consequente readequação do regime ou, subsidiariamente, a substituição da pena por restritivas de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para a ausência de provas a embasarem a condenação, o redimensionamento da pena, bem como a readequação do regime, consoante se extrai da ementa do julgado (fl. 76):

MATERIALIDADE auto de apreensão e laudo toxicológico que restou positivo para a presença do elemento ativo comprovação que o material apreendido é droga.

AUTORIA notícia de falecimento do réu extinção da punibilidade em relação ao acusado - depoimento de policial que indica a apreensão de droga na mochila que a ré guardava em sua casa validade depoimento

policial só deve ser visto com reservas quando a imputação ao réu visa justificar eventual abuso praticado inocorrência no caso em tela depoimento que está em sintonia com a confissão extrajudicial da acusada e do acusado e com os relatos dos militares perante a Autoridade policial.

TRÁFICO destinação a terceiros indícios tais como quantidade, incomum com a figura de usuário; a forma de acondicionamento, em uma única porção grande apreensão de balança de precisão, peneira e frasco de éter etílico - confissão extrajudicial de que guardava a droga a pedido do réu Aparecido de rigor a condenação da acusada provimento ao apelo ministerial.

PENA base fixada acima do mínimo legal natureza da droga alto poder lesivo presente a atenuante da confissão, ainda que extrajudicial confissão que foi utilizada como elemento de convicção a embasar decreto condenatório redução da pena ausentes causas de aumento e diminuição da pena redutor não conhecido em face da grande quantidade de droga apreendida indicação de profissionalização demonstração de dedicação a atividades criminosas possibilidade do uso da natureza na primeira fase e quantidade na terceira para afastar o redutor inocorrência de bis in idem Precedentes do STF.

REGIME ré que se encontrava em poder de elevada quantidade de droga natureza dos entorpecentes que possui alto potencial lesivo alta reprovabilidade e periculosidade o regime deve ser o necessário para dissuadir a ré de retornar a delinquir (Beccaria) regime fechado necessidade em face da alta reprovabilidade e do quantum de pena inviável a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito.

DETRAÇÃO não cabimento no presente caso regime que foi fixado com base em circunstâncias desfavoráveis.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência